

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE
NACIONAL PORTUÁRIA**

Data: 13/06/07

Local: FUNDACENTRO - Vitória/ES

Participantes: José Emílio Magro (DRT-ES/MTE), Daltro de Souza D´Arisbo (DRT-RS/MTE), João José Rocha (DRT-SP/MTE), Antônio Carlos Garcia Júnior (FUNDACENTRO), Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF), Guanito Prado Alves Filho (FNP), José Homero Xavier Sampaio (CNF), José Roberto Paulon Silva (MD/Marinha), Milton Ferreira Tito (CNT), Luis Sérgio Soares Mamari (CNC), José Adilson Pereira (CONTTMAF), Luiz Carlos Albano (CNI), Luiz Sérgio Oneto Araújo (CNF).

Justificativa de ausência: Armando Ribeiro Moreira (MT), Sérgio Mathias Nazaré (CONTTMAF).

- 1. Abertura.** O Coordenador iniciou a reunião enfatizando a ausência continuada da FENOP e que de acordo com o Art. 5º do Regimento Interno da CPNP a entidade representativa será comunicada. Foi aprovado o envio de correspondência a todas as representações na CPNP, para a confirmação de seus representantes na referida comissão. A seguir, foi aprovada a Ata da 13ª Reunião Ordinária.
- 2. Avanços na Segurança e Saúde dos Trabalhadores Portuários Brasileiros, as dificuldades de implementação da Norma e as perspectivas (Seminário 10 anos da NR 29)** O representante da FUNDACENTRO apresentou proposta de realização de Seminários Estaduais sobre o tema organizados conjuntamente com o MTE. Os eventos poderiam fornecer informações importantes à CPNP, em função do diagnóstico que seria feito das principais dificuldades de implementação da norma em todos os portos brasileiros. A Comissão enviará a SIT recomendação de realização desses seminários para serem repassadas aos estados. O período sugerido para os eventos é de 16 de novembro a 15 de dezembro. A CPNP informará quais os dados necessários para elaboração dos relatórios que deverão ser enviados após os seminários. A coordenação da comissão proporá ainda a SIT a realização de um Congresso Nacional para o próximo ano. O Sr. Antônio Carlos informou que em breve a FUNDACENTRO publicará a NR 29 em formato de bolso e que o Manual de Procedimentos em Segurança e Saúde nos Portos está nos planos da FUNDACENTRO quanto a sua publicação.

3. Operações de Equipamentos Portuários por pessoa sem habilitação

O Sr. João Rocha informou que na DPC não há cursos para algumas funções. O Sr. José Adilson relatou que os cursos não formam os alunos, o curso fornece apenas uma noção, não a prática. O Sr. Guanito complementou afirmando que não há equipamentos do tipo “simulador” de operações no ensino profissional marítimo para uso dos TPA. E que a NR-11 assegura o direito às empresas de ministrarem o curso, sendo que nem sempre é bem elaborado, e que não há controle sobre os mesmos. As empresas estão utilizando o curso como barreira técnica para inclusão dos TPA no mercado de trabalho. Propôs que os OGMO e a DPC firmem convênios. O Sr. Milton Tito esclareceu que é necessário saber pedir, muitas vezes o solicitado não é o desejado. O curso oferece apenas a habilitação, não a prática, pois esta só será obtida com o simulador, que é obrigação da administração portuária. Há a necessidade de cobrança das bancadas ao CAP para criação de Centros de Treinamento, conforme estabelecido na Lei nº 8.630/93. O Sr. José Adilson solicitou a certificação dos trabalhadores que realizam as operações com equipamentos portuários, tais como guindastes de bordo, empilhadeiras, pontes rolantes, entre outros e não possuem documentação comprobatória de sua habilitação. Sugeriu inclusive que fosse constituída uma comissão tríplice (DPC, OGMO e Entidade de Ensino Técnico) para avaliação dos TPA, na situação prática quando da realização das operações portuárias, saneando assim uma pendência que os enquadraria na condição legal. A CPNP enviará documento à DPC solicitando um estudo e pronunciamento sobre o tema, ou seja, a certificação destes trabalhadores.

4. 29.4 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho

A bancada dos trabalhadores questionou como pode ser realizada a cobrança às autoridades portuárias de banheiros e locais de aguardo nos portos públicos. Foi relatado que em Santos não existem locais de aguardo, mas existem banheiros e vestiários, sendo que alguns são distantes. O coordenador da comissão entrará em contato com a Procuradoria do Ministério Público do Trabalho sobre a questão para uma solução nacional, principalmente quanto ao descumprimento deste item da NR 29 pelas Administrações Portuárias na área do porto organizado, acrescentando ainda que os representantes refletissem sobre as instalações de descanso (espera no revezamento) para o trabalho diferenciado, como exemplo dos guindasteiros, onde a exigência física e psíquica sobre os trabalhadores é acentuada.

5. Outros Assuntos

- 29.6 Operações com Cargas Perigosas O Sr. Homero relatou as considerações levantadas e solicitou à DPC informações quanto à adequação do tema. E a CPNP estudará as considerações dos demais itens ficando para próxima reunião ordinária o debate sobre a proposta.

- Proposta a substituição da representação do Ministério dos Transportes pela Secretaria de Portos, criada recentemente. Que deverá ser encaminhada pela coordenação junto ao DSST.

- Solicitação de elaboração de RTPP pela FUNDACENTRO com aprovação da CPNP na forma regimental. A secretaria da CPNP enviará proposta de RTPP sobre Operações com Granéis Sólidos para ser discutida na próxima reunião.

- Apresentação pelo Eng. Daltro de Souza D'Arisbo de Acidente de Trabalho ocorrido no Rio Grande do Sul, em 26 de dezembro de 2006, às 09h00.

6. Próxima Reunião Dias 17 e 18 de outubro de 2007, no Rio de Janeiro/RJ.

Nada havendo mais a tratar, a reunião foi encerrada.